



***VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA  
NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO***

***VIOLENCIA CONTRA LA MUJER: UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA  
EN EL CONTEXTO UNIVERSITARIO***

***VIOLENCE AGAINST WOMEN: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW IN THE  
UNIVERSITY CONTEXT***

*Igor Felipe Benatti<sup>1</sup>*

*Viviane Queiroz<sup>2</sup>*

*Andreza Marques de Castro Leão<sup>3</sup>*

**RESUMO**

O objetivo deste trabalho foi realizar uma pesquisa bibliográfica acerca da violência contra a mulher no contexto universitário para compreender a percepção de estudantes universitários sobre o tema e conhecer o fenômeno na universidade. Como resultado desta pesquisa, analisou-se 9 artigos e conclui-se que o conceito de gênero é utilizado e compreendido pelos universitários como sinônimo de sexo e a violência contra a mulher tem o seu reconhecimento predominante apenas na configuração do tipo física. A violência do tipo psicológica, por sua vez, é de difícil identificação neste contexto, apesar da sua grande recorrência. Diante disso, evidencia-se a necessidade da compreensão do fenômeno nas universidades para a reflexão de ações e de políticas universitárias, promovendo a qualificação de docentes e a inserção de conteúdos nos currículos universitários que abordem a sexualidade, os corpos e as relações étnico-raciais na perspectiva de gênero no intuito de enfrentar a violência contra a mulher na universidade.

<sup>1</sup> Graduação em Administração pela Universidade Paulista (2016), e atualmente, graduando de Psicologia pela Universidade de Araraquara (03/2021), Bolsista de Iniciação Científica CNPQ e Pós-Graduando em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Araraquara. Tem experiência em Desenvolvimento Humano Organizacional e em Psicologia com projetos sobre o discurso de gênero no contexto universitário. Membro desde 2020 do "Núcleo de Estudos da Sexualidade - NUSEX" - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara) e membro desde 2020 do "Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Política, Álcool e Drogas - GEPAD" - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Vitória da Conquista).

<sup>2</sup> Docente pela Universidade de Araraquara - UNIARA

<sup>3</sup> Docente, orientadora e vice-coordenadora dos Programas de Pós-Graduação em Educação Sexual e Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara- UNESP.

**PALAVRAS-CHAVE** Violência contra a mulher. Violência de Gênero. Universidade.

### RESUMEN

El objetivo es realizar una investigación bibliográfica sobre la violencia contra la mujer en el contexto universitario para comprender la percepción de los estudiantes universitarios sobre el tema, conociendo también el fenómeno en la universidad. Como resultado de esta investigación se analizaron 9 artículos y se concluyó que el concepto de género es utilizado y entendido por los estudiantes universitarios como sinónimo de sexo y que la violencia contra la mujer tiene su reconocimiento predominante únicamente en la configuración del tipo físico. La violencia psicológica, por su parte, es difícil de identificar en este contexto, a pesar de su alta recurrencia. Frente a ello, se evidencia la necesidad de comprender el fenómeno en las universidades para la reflexión de las acciones y políticas universitarias, promoviendo la capacitación de docentes y la inserción de contenidos en asignaturas que aborden la sexualidad, los cuerpos y las relaciones étnico-raciales a partir de la género para enfrentar la violencia contra las mujeres en la universidad.

**PALABRAS-CLAVE:** Violencia contra la mujer. Violence de género. Universidad

### ABSTRACT

The objective was to carry out a bibliographic research on violence against women in the university context to understand the perception of university students on the subject, as well as to know the phenomenon at the university. The result of this research, 9 articles were analyzed and concluded that the concept of gender is used and understood by university students as synonymous with sex and that violence against women has its predominant recognition only in the configuration of the physical type. Psychological violence is difficult to identify in this context, despite its high recurrence. In view of this, it is evident the need to understand the phenomenon in universities for the reflection of university actions and policies, promoting the qualification of teachers and the insertion of content in subjects that address sexuality, bodies and ethnic-racial relations based on the gender issue in order to face violence against women at the university.

**KEYWORDS:** Violence Against Woman. Gender Violence. University

\* \* \*

*Basta estar atento e dispor de alguns instrumentos de análise para ir fundo no processo de esquadrinhamento desta nossa realidade social tão injusta, iníqua e hipócrita.*

Helleieth I. B. Saffioti

### Introdução

O Brasil ainda é um país em que a cultura patriarcal se faz presente e enaltece os padrões de dominância masculina, culminando nas relações de poder do homem perante a mulher por meio do discurso e dos papéis de gênero construídos socialmente (SAFFIOTI, 1997). A autora complementa dizendo que a mulher, por sua vez, dependendo da maneira como exerce a sua sexualidade, será dividida nesta cultura em

dois arquétipos opostos: a ‘para casar’ e a ‘puta’, em outros termos, a que pode ocupar o lugar da esposa legal e/ou da namorada oficial, porém, com limites de gozo e de prazer. Ou ser a mulher capaz de proporcionar prazer, mas com o seu direito negado de ser a mãe dos filhos do homem ou de assumir o título de ‘mulher de bem’.

Independentemente do arquétipo, quase nunca é a mulher que detém o poder de escolha, pois é ela, na maioria das vezes, a escolhida. Ou seja, para o macho ela não é um sujeito desejante, mas sim o objeto de desejo que depende completamente da aceitação do homem, de forma a manter a cultura e a moral patriarcal que insistem em querer calá-la (SAFFIOTI, 1997; YOUNG, 2018).

Inevitavelmente, a distinção de gênero enaltece a dominação do homem e a submissão da mulher, uma vez que a condição do feminino e do masculino foi construída dentro de um contexto histórico-cultural e social de base patriarcal para dividir, regulamentar e hierarquizar as relações entre o homem e a mulher (WHITAKER (1997); ALMEIDA (2007); PARAÍSO; CALDEIRA (2021). Nesse sentido, o conceito de gênero empregado durante os movimentos feministas na década de 70 não buscou romper com as distinções biológicas entre o homem e a mulher, mas desaceitar e enfrentar justificativas ancoradas nestas questões para manter a supervalorização do masculino e a inferiorização do feminino (LOURO, 1997).

A desigualdade de gênero acomete sérios danos à saúde física e psíquica da mulher, contribuindo para a sua subordinação, inferiorização e privação da liberdade, bem como para as diversas formas de violências que são cometidas diariamente contra ela (SAFFIOTI, 2004; ALMEIDA, 2007). Conforme consta no Art. 7 da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), as configurações da violência contra a mulher são 5: I - violência física, II - violência psicológica, III - violência sexual, IV - violência patrimonial e V - violência moral (BRASIL, 2006).

Além disso, a sexualidade é algo relativa ao gênero e inerente da pessoa, constituída pela maneira em que ela a vivencia, podendo ser com pessoas do mesmo gênero (homossexuais), do gênero oposto (heterossexuais), de ambos e de múltiplos gêneros (bissexuais) ou sem relações. Todavia, as possibilidades e aceitação das manifestações e vivências de desejo e prazer variam conforme a cultura e a moral, podendo culminar na violência e no sofrimento psíquico (PARAÍSO; CALDEIRA (2021); LEÃO; RIBEIRO, 2004).

Para Saffioti (1997) e Bellini (2018), a violência contra a mulher é um fenômeno complexo, multicausal, de alta incidência no Brasil e está alicerçado nas diferentes

formas históricas, culturais e de organização entre os gêneros, uma vez que a desigualdade entre o masculino e o feminino não é algo natural, e sim, construído socialmente e institucionalizada na forma de performance de gênero, tornando a mulher mais suscetível a violência em diferentes contextos, incluindo o universitário.

O Panorama Quantitativo realizado em 2015 pelo Instituto Avon nas universidades brasileiras, constatou que 67% das estudantes universitárias afirmaram ter sofrido algum tipo de violência cometida por um homem na universidade ou em festas acadêmicas (AVON, 2015). Então, apesar da importância e da legítima instância social, a universidade é também um espaço em que ocorre a propagação e a perpetuação dos estigmas, dos preconceitos, do sexismo e da hierarquização do machismo (LEÃO, 2017; BELLINI, 2018).

Nesse contexto, Paraíso e Caldeira (2021) apontam para a importância da reflexão acerca da necessidade da perspectiva de gênero nos currículos das Universidades. Além disso, evidencia-se a extrema relevância de estudos sobre a violência contra a mulher no contexto universitário, de maneira a contribuir para o enfrentamento das relações de poder alicerçadas na desigualdade de gênero que adentram as universidades brasileiras, culminando nas diversas formas de violências (MONTRONE *et al.*, 2020; MONTEIRO *et al.*, 2020; MOLINA; RIBEIRO, 2021).

Mendonça *et al.* (2021) e Molina e Ribeiro (2021) advogam que a educação é locus privilegiado e propício para estudos favoráveis a igualdade de gênero, sexualidade, corpos e relações étnico-raciais. Pensando nisso, a posição das Universidades frente à tais questões podem ser uma estratégia no sentido de romper com a atual conjuntura sexista e machista (LEÃO; RIBEIRO, 2004; BELLINI, 2018).

Frente ao exposto, o objetivo do presente estudo foi realizar uma pesquisa bibliográfica acerca da violência contra a mulher no contexto universitário, a fim de compreender a percepção dos estudantes universitários acerca da temática, bem como, conhecer incidência deste fenômeno na universidade.

### **Procedimentos Metodológicos**

O método escolhido foi de natureza qualitativa com o emprego da revisão bibliográfica, portanto, esta pesquisa se ateve a artigos científicos encontrados nas bases de dados CAPES, *Scielo* e *PePSIC*, utilizando como filtros para as buscas, o período de publicação de 2015 a 2020, nacionais e no idioma português.

Segundo Sampieri *et al.* (2013), a pesquisa qualitativa é uma maneira de buscar a compreensão do fenômeno a partir de outras perspectivas, a fim de identificar os fatos, os eventos e as situações de violência contra a mulher que incide no espaço universitário. Para tanto, empregou-se os seguintes descritores: Violência contra mulher *and* Universidade, Violência de Gênero *and* Universidade, Violência contra a mulher *and* Universitárias e Violência de Gênero *and* Universitárias.

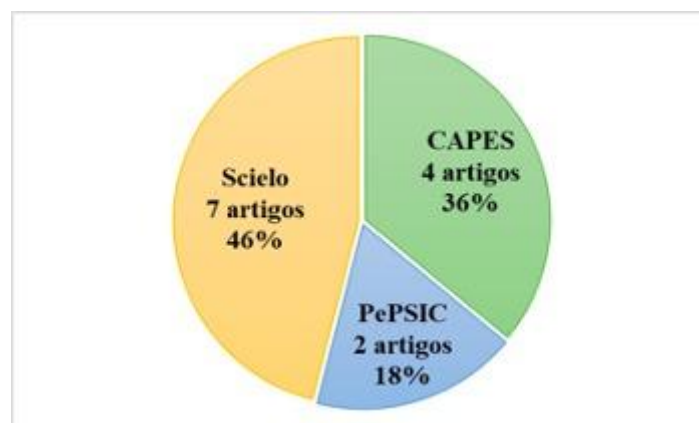
Inicialmente foi realizada a leitura dos títulos, assim como, efetuou-se a leitura cuidadosa dos resumos para identificar a adequação de cada material com os objetivos desse estudo. Ademais, como critério de inclusão, os artigos teriam que abordar de maneira direta ou indiretamente a violência contra a mulher no contexto universitário.

## Resultados e Discussão

Foram encontrados na busca realizada nas bases de dados 46 artigos, após a leitura minuciosa dos títulos e dos resumos, identificou-se que 37 deles, equivalente a 81% não apresentaram relevância quanto aos objetivos do presente trabalho, pois não obtiveram relação com a violência contra a mulher na ótica de universitários ou no espaço da universidade. Em contrapartida, foram selecionados 9 artigos que apresentaram relevância ao tema proposto, equivalendo a 19% do total dos artigos encontrados, ou seja, estes artigos abordaram de forma direta e/ou indiretamente a violência contra a mulher na educação superior.

Em consideração aos 9 artigos selecionados, a figura 1 apresenta o percentual por base de dados.

**FIGURA 1:** Publicações relevantes aos objetivos deste por base de dados



**Fonte:** autores, com base nos dados coletados.

É possível observar então que o maior número de pesquisas encontradas foi na base de dados *Scielo*, onde resultou 7 artigos (46%), seguido da plataforma CAPES com 4 artigos (36%) e *PePSIC* com 2 artigos (18%). Vale ressaltar que 4 desses 9 artigos selecionados se repetiram nas diferentes bases de dados da pesquisa. As características gerais dessas 9 publicações encontradas no período de 2015 a 2020 e em tais bases de dados estão elencados no Quadro 1.

**Quadro 1** - Características gerais dos artigos encontrados e relevantes à temática

Ano/Revista	Autor	Título/ Objetivo
2015 Estudos Feministas	Carvalho e Rabay	Título: Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. Objetivo: assinalar os usos e incompreensões do conceito de gênero no campo educacional no Brasil e suas implicações para as políticas e práticas educacionais.
2016 Acta Comportamental	Callou, <i>et al.</i>	Título: Regras descritivas ocidentais e violência contra a mulher por parceiro íntimo. Objetivo: verificar a concordância com regras descritivas relacionadas a comportamentos violentos contra a mulher na ótica dos estudantes de Juazeiro-BA e Petrolina-PE
2016 Revista Bioética	Silva, <i>et al.</i>	Título: Práticas educativas sobre violência contra a mulher na formação de universitários. Objetivo: analisar as práticas educativas sobre violência contra a mulher na formação profissional de estudantes universitários.
2018 Revista Brasileira em Promoção de Saúde	Godinho <i>et al.</i>	Título: Violência no ambiente universitário. Objetivo: avaliar a visão do estudante sobre a situação de violência no ambiente universitário e os possíveis fatores associados.
2018 Revista Psicologia e Saúde	Souza <i>et al.</i>	Título: Violência contra mulher no namoro: percepções de jovens universitários. Objetivo: investigar a violência contra mulheres no namoro de estudantes universitários.
2019 Escola Anna Nery	Aguiar <i>et al.</i>	Título: Formação profissional e violência sexual contra a mulher: desafios para a graduação em enfermagem. Objetivo: compreender os sentidos da violência sexual contra a mulher na visão de alunos, professores e gestores universitários da



		graduação em Enfermagem.
2019 Interface comunicação, saúde, educação	Maito <i>et al.</i>	Título: Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. Objetivo: apresentar o processo de elaboração e construção das “Diretrizes gerais para as ações institucionais de intervenção diante de situações de violência e discriminação de gênero e orientação sexual”, que propõe formas institucionais e parâmetros normativo-dogmáticos para o enfrentamento da violência contra as mulheres na universidade.
2019 Cadernos Pagu	Michetti e Mettenheim	Título: Gênero e violência simbólica em eventos esportivos universitários paulistas. Objetivo: compreender como são construídas e propagadas as violências de gênero em eventos esportivos universitários paulistas e investigar as maneiras pelas quais o poder e a dominação simbólicos relativos à desigualdade de gênero são (re)produzidos.
2020 REVES Revista Relações Sociais	Negreiros e Andrade	Título: Olhar do discente de graduação sobre a violência doméstica. Objetivo: compreender os diversos tipos de violência doméstica a partir do olhar dos estudantes da Universidade Federal do Amazonas/UFAM campus Parintins-ICSEZ.

**Fonte:** autores, com base nos dados coletados.

A partir da leitura desses artigos houve a separação deles em 3 categorias: 1) artigos que expõem a compreensão de atores universitários a respeito do conceito de gênero; 2) artigos acerca da percepção dos estudantes universitários no tocante a violência contra a mulher e 3) artigos sobre o fenômeno indagado nas universidades.

Diante ao exposto, apenas o estudo de Carvalho e Rabay (2015) compõe a primeira categoria, pois buscou a compreensão do conceito de gênero no contexto universitário, esta pesquisa considerou os cursos de Engenharia Mecânica, Física e Matemática em uma Universidade Federal de ensino superior do Nordeste do Brasil, e identificou que a compreensão do conceito de gênero no ambiente universitário ainda é considerada como sinônimo de sexo.

As autoras afirmam a ausência de políticas e práticas de docentes em tais cursos dentro da perspectiva de gênero e apontam pra a importância de tal compreensão para combater a desigualdade de gênero, pois o fenômeno indagado atravessa a graduação e adentra o mercado de trabalho, como exemplo, a manutenção da desigualdade salarial

em desfavor das mulheres. Diante disso, cabe reforçar o equívoco perante o conceito de gênero no contexto universitário, para tanto, incorporar discussões e conteúdos nas grades curriculares das Universidades, mesmo que de maneira optativa, possibilita a ampliação do conhecimento e da consciência de universitários acerca deste conceito, contribuindo para o enfrentamento da violência contra a mulher dentro e fora dos muros das universidades (NEGREIROS; ANDRADE, 2020).

Praun (2011) ressalta a importância do conceito de gênero, como forma de representação do rompimento dos modelos de estudos científicos que se limitavam às diferenças anatômicas entre os sexos para justificar o poder do homem sobre a mulher. Ademais, tal conceito corroborou para o fortalecimento dos estudos acerca da violência contra a mulher, bem como, dos progressos obtidos ao longo da história com relação as novas condições de cidadania voltada ao feminino, tendo também, a não naturalização das agressões (PINTO, 2010; PRAUN, 2011).

Nesse sentido, para Benatti *et al.* (2022) atuar dentro da perspectiva de gênero é uma maneira de enfrentar o machismo, a misoginia e o sexismo advindos dos processos histórico-culturais de base patriarcal que buscam manter a regulamentação da condição e das expressões de existência da mulher, marcando os seus corpos e acometendo a sua saúde física e emocional. Ou seja, é necessário ampliar a compreensão do conceito de gênero, a fim de expandir o enfrentamento da violência contra a mulher.

Mas assim como o conceito de gênero neste contexto, nota-se conforme os artigos que compõem a segunda categoria de análise, que a violência contra a mulher também é compreendida de maneira limitada, em razão do reconhecimento predominante por parte dos estudantes universitários apenas na configuração do tipo física. Já a violência do tipo psicológica, por sua vez, é de difícil identificação neste contexto, apesar da comprovação da sua alta recorrência nas universidades.

O primeiro artigo desta segunda categoria buscou analisar a fala de 20 universitários acerca de seu cotidiano relacionado a violência doméstica na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e 50% dos entrevistados afirmaram ser “bastante agitado”, ou seja, há alta recorrência do fenômeno no cotidiano, ademais, 30% desses entrevistados informaram já terem presenciado cenas de agressões do homem em primazia da mulher (NEGREIROS; ANDRADE, 2020, p. 136).

Segundo as autoras supracitadas, a maioria dos universitários compreenderam como sinônimo de violência contra a mulher apenas a configuração física, então, aponta-se para a necessidade da democratização e da visibilidade da Lei Maria da Penha



(11.340/06) no contexto acadêmico por meio das Universidades e dos docentes, a fim de ampliar a compreensão do fenômeno nesse contexto e possibilitar discussões sobre a otimização de estratégias e de políticas universitárias de combate as violências contra a mulher.

Nesse sentido, a violência do tipo física também foi a mais facilmente reconhecida, conforme afirmam Souza *et al.* (2018) que entrevistaram 106 universitários do gênero masculino da Universidade Federal de Goiás (UFG), a fim de investigar as agressões cometidas pelos entrevistados em seus relacionamentos sexuais-afetivos e suas percepções sobre a violência contra a mulher no namoro. Concluindo que no mínimo um tipo de violência foi cometido por cada entrevistado, reforçando a influência dos padrões relacionais advindos da cultura patriarcal. Ademais, as autoras consideraram que a violência contra a mulher ainda é naturalizada, banalizada e de baixa visibilidade na sociedade contemporânea, principalmente a violência psicológica, pois quando menos visíveis as marcas da agressão, menor o seu reconhecimento (SOUZA *et al.*, 2018).

A violência física foi a modalidade mais reconhecida, contudo, agressões psicológicas e morais tiveram maior prevalência apesar de menos percebidas como abusivas. Dessa forma, verificou-se que as violências de caráter psicológico e moral foram as mais presentes no namoro. (SOUZA *et al.*, 2018, p. 40).

É importante salientar que o Art. 7, inc. II da Lei Maria da Penha – Lei 11.340/06 (BRASIL, 2006), considera a violência psicológica como a mais recorrente e a mais difícil de ser identificada na prática. Em consoante, autoras como Callou *et al.* (2016), reforçaram que a violência psicológica possuiu difícil identificação em uma pesquisa de campo realizada com 136 universitários das cidades de Petrolina-PE e Juazeiro-BA que buscou conhecer a concordância dos estudantes sobre 32 afirmativas relacionadas à violência contra a mulher.

Em congruência com os estudos supracitados, Aguiar *et al.* (2019) concluíram que a violência do tipo física obteve maior reconhecimento pelos universitários em um estudo de campo que objetivou compreender os sentidos da violência sexual contra a mulher no curso de Enfermagem em duas universidades do Ceará e destacam a importância da inserção de conteúdos sobre os diferentes tipos de violência de gênero nas disciplinas da graduação.

Com base nestes estudos, nota-se maior tentativa dos homens na manutenção da condição da mulher dentro do ideário patriarcal, buscando manter tanto a posição de dominação do masculino quanto dos seus privilégios. Deste modo, evidencia-se como potencial efeito, a manutenção da cultura patriarcal ainda existente no Brasil que valoriza a ideologia de um ideal passivo feminino (WHITAKER, 1997; CALLOU *et al.* (2016).

Contudo, evidencia-se com base nos estudos desta categoria de análise, a importância da implementação da perspectiva de gênero nas grades nos currículos das Universidades, mesmo que de maneira optativa. Também, a implementação de ações educativas junto à população universitária, incluindo a qualificação de docentes para lidarem com a temática e potencializar a discussão e a reflexão da comunidade universitária para contribuir na desconstrução da cultura de subordinação feminina, culminando nas diversas formas de violência contra a mulher (PARAÍSO; CALDEIRA, 2021).

Os artigos da terceira categoria de análise buscou discorrer sobre a violência contra a mulher no ambiente universitário, Godinho *et al.* (2018) avaliaram a visão de 512 estudantes da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e consideraram que a violência se faz presente no contexto universitário, uma vez que, esse fenômeno atravessa as condições sociais, culturais e econômicas. Os autores apontam que 51,3% dos entrevistados narraram situações de violência de gênero na universidade.

Michetti e Mettenheim (2019) destacam a importância de estudos sobre a violência contra mulher no ambiente universitário, pois 67% das universitárias afirmaram ter sofrido algum tipo de violência na universidade ou em festas acadêmicas, sendo 56% relacionado ao assédio sexual, 52% às agressões morais ou psicológicas e 11% à violência sexual, porém, ao considerar “ser tocada sem consentimento” e “ser forçada a beijar veterano”, esse percentual aumentou para 28% (MICHETTI; METTENHEIM, 2019, p. 3).

As autoras supracitadas realizaram uma análise situacional que objetivou compreender a construção e a propagação da violência de gênero em eventos esportivos universitários. A coleta de dados deste estudo foi realizada em 3 eventos acadêmicos e considerou os alojamentos, jogos e festas. As autoras concluíram que a violência contra a mulher nas universidades se dá também de maneira simbólica, ou seja, quando há naturalização e/ou não reconhecimento da violência em razão das relações de poder construídas socialmente sobre a influência da cultura patriarcal, além disso,

evidenciaram a importância da construção de novos saberes relacionados aos direitos da mulher nas universidades.

A construção de novos saberes e práticas no ambiente universitário, considerado como um espaço político em si, pode servir como ensaio para uma nova geração adentrar a arena expandida de disputa política, pela construção de um leque mais amplo de direitos para as mulheres. (MICHETTI; METTENHEIM, 2019, p. 25 e 26).

Assim, Carvalho e Rabay (2015) apontam a relevância da educação sexual para auxiliar na promoção da equidade de gênero e para dirimir o assédio sexual e outras formas de violência contra a mulher nas universidades. Em congruência, o estudo de Silva *et al.* (2016) analisou as práticas educativas relacionadas a violência contra a mulher na formação de 14 profissionais da área da saúde na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e concluiu que a maioria dos entrevistados já no final da graduação, não estudaram a violência de gênero, ou seja, existe uma lacuna na formação desses profissionais para lidar com o fenômeno.

Nesse contexto, Silva *et al.* (2016) reforça a necessidade das Universidades reverem a grade curricular de seus cursos, bem como, Aguiar *et al.* (2019) salientam a importância de disciplinas que abordem o conceito e a violência de gênero, a sexualidade e as relações étnico-raciais, pois é uma maneira de ampliar o conhecimento dos estudantes e expandir para a sociedade, a fim de desconstruir tais desigualdades e enfrentar a violência que vai além do tipo físico.

incorporar o tema “violência”, descrito na literatura como importante problema de saúde pública, que poderá ser mais bem enfrentado e resolvido mediante a disseminação do conhecimento disciplinar dos conflitos de gênero que marcam a sociedade brasileira. Nesse sentido, cabe lembrar a importância de os profissionais conhecerem os instrumentos legais e normativos que protegem as mulheres, assegurando seu direito a vida sem violência. (SILVA *et al.*, 2016, p. 283).

Por fim, Maito *et al.* (2019) salientam a presença deste fenômeno nas instituições devido à ausência de leis específicas que obrigam as universidades a adotarem políticas específicas sobre a violência de gênero. Portanto, as autoras elaboraram o documento “Diretrizes gerais para as ações institucionais de intervenção diante de situações de violência e discriminação de gênero e orientação sexual”, disponível para toda comunidade universitária com o propósito de aprestar “formas

institucionais e parâmetros normativo-dogmáticos para o enfrentamento da violência contra as mulheres na universidade.” (MAITO *et al.*, 2019, p. 1).

Para a elaboração deste documento, Maito *et al.* (2019) utilizaram como parâmetro a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher e concluíram que a violência de gênero no contexto universitário é de grande interesse de diversas áreas do conhecimento, embora pouco pesquisado no Brasil, em razão da escassez de experiências publicadas sobre o enfrentamento ao fenômeno pelas universidades.

As autoras evidenciam a importância de políticas universitárias e da devida qualificação dos docentes e de outros atores universitários para averiguar as notificações sobre situações de violências contra a mulher, implementar práticas de acolhimento as vítimas, adotar medidas administrativas e promover ações educativas e de sensibilização voltadas à prevenção e combate a esse fenômeno qual se dá de diversas maneiras, inclusive pelo discurso de gênero.

O discurso de gênero nas universidades foi encontrado por Michetti e Mettenheim (2019) nas músicas cantadas pelos alunos e pela própria bateria da instituição durante os jogos, exemplo, “Nosso esporte é a vagina”; “A xoxota do Mackenzie é nossa”; “Cala boca bigoduda e vem servir meu café” e “Vou te contratar, você vai ser minha empregada” (MICHETTI; METTENHEIM, 2019, p. 9 e 10).

Michetti e Mettenheim (2019, p. 12) observaram que o discurso para o homem está relacionado em sua maioria à forma como ele joga, já para a mulher está sempre relacionado ao corpo (gorda ou gostosa), a incapacidade intelectual (burra) ou a sexualidade (mal comida ou puta). Além disso, o discurso caracteriza a mulher como corporalmente incapaz de realizar certas ações, dentre elas, jogar futebol, pois quando perdem “é porque é mulher mesmo”. As autoras também exemplificam o poder simbólico no discurso pelas expressões: “mimimi” como forma de coibir a sustentação de repúdio, “exagerando” na tentativa de reduzir a violência para a brincadeira e “loucas” para estigmatizar a mulher violentada e manter a naturalização da violência contra ela (MICHETTI; METTENHEIM, 2019, p. 23).

Segundo Souza *et al.* (2018); Negreiros e Andrade (2020), a análise do discurso de gênero é relevante para identificar a violência contra a mulher que transcende o tipo físico e não foram reconhecidas pelos universitários. Nesta direção Praun, (2011) discorre acerca da importância da análise do discurso machista para identificar também o poder simbólico, a fim de romper com a desigualdade de gênero que contribui para a

manutenção da violência contra a mulher no ambiente universitário (MICHETTI; METTENHEIM, 2019).

Considerando os resultados obtidos, reforça-se o pensamento de Callou *et al.* (2016) e de Aguiar *et al.* (2019) sobre a importância de pesquisas acerca do machismo e suas relações de poder que culmina na violência contra a mulher nas Universidades, a fim de auxiliar no planejamento e na ação de programas e projetos de enfrentamento e de prevenção do fenômeno, também, na necessidade de inserção da perspectiva de gênero nos currículos e no acolhimento as mulheres vítimas de violência nesse contexto. Por isto, é de extrema relevância indagar acerca deste fenômeno que atravessa os muros das universidades. Vamos à luta!

### **Considerações finais**

Conforme os trabalhos analisados, a violência contra a mulher ainda se faz presente em diversos contextos, incluindo o universitário. Ademais, a presença desse fenômeno é justificada pela manutenção de padrões oriundos da cultura patriarcal, os quais reforçam condutas machistas que contribuem para os discursos e papéis de gênero, a fim de enaltecer a subordinação feminina e corroborar para com a violência de gênero.

No contexto universitário, conclui-se que o conceito de gênero ainda é utilizado e compreendido como sinônimo de sexo e a violência contra a mulher ainda tem seu reconhecimento predominante apenas na configuração do tipo física. A violência do tipo psicológica possui difícil identificação pelos universitários, apesar de sua grande recorrência nas universidades. Além disso, evidencia-se a alta incidência da violência simbólica contra a mulher nesse contexto.

Portanto, o presente estudo considera importante a análise do fenômeno indagado nas universidades para auxiliar no processo de identificação do poder simbólico, pensando na desnaturalização e reconhecimento da violência contra a mulher que se dá por meio da reprodução de condutas machistas e padrões de dominação social, em razão do tratamento desigual entre os gêneros que adentram nas instituições de educação superior.

De tal maneira, é importante o posicionamento das Universidades perante o fenômeno indagado, inserindo em suas grades curriculares, mesmo que de maneira optativa, discussões e reflexões sobre a sexualidade, os corpos e as relações étnico-

raciais dentro da perspectiva de gênero, bem como, contribuir para qualificação e formação de docentes para lidarem com as diversas situações de violências que acometem o feminino dentro e fora das universidades. Também a ampliação e a viabilização do acesso à Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006) nesse contexto para amparar a mulher violentada.

Por fim, evidencia-se a necessidade de estudos que venham a contribuir para importância de políticas e ações universitárias que possibilitem as notificações sobre as situações de violência contra a mulher, implementação de práticas de acolhimento as vítimas, elaboração de medidas administrativas e de promoção de ações educativas e de sensibilização para o combate e prevenção da violência de gênero no contexto universitário.

## Referências

AGUIAR, Francisca Alanny Rocha *et al.* Formação profissional e violência sexual contra a mulher: desafios para a graduação em enfermagem. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 1-10, 2019.

ALMEIDA, Suely Souza. **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

AVON, Instituto. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. Pesquisa Instituto Avon/Data Popular. 2015. Disponível em: [http://devinstitutoavon.adttemp.com.br/uploads/media/1523997913813pesquisa%20instituto%20avon\\_2015%20\(universidade\).pdf](http://devinstitutoavon.adttemp.com.br/uploads/media/1523997913813pesquisa%20instituto%20avon_2015%20(universidade).pdf). Acesso em 14/02/2021.

BENATTI, Igor Felipe *et al.* Angústia, Sensualidade e Enfrentamento do Feminino em Gabriela Cravo e Canela. **Revista TEL**, Irati, v. 13, n.2, p. 217-229, 2022.

BELLINI, Daniela Mara Gouvêa. **Violência contra mulheres nas Universidades: contribuições da produção científica para sua superação. 2018. 137 p.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9942/BELLINI\\_Daniela\\_2018.pdf?sequence=4&isAllowed=y](https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9942/BELLINI_Daniela_2018.pdf?sequence=4&isAllowed=y). Acesso em 21/07/2022.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Lei Maria da Penha (nº 11.340/06)** Brasília: Ministério da Justiça, 2006. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10868630/inciso-ii-do-artigo-7-da-lei-n-11340-de-07-de-agosto-de-2006>. Acesso em 14/02/2021.

CALLOU, Isabela; *et al.* Regras descritivas ocidentais e violência contra a mulher por parceiro íntimo. **Acta Comportamental**. Guadalajara, n. 1, p. 79-94, 2016.



- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, p. 119-136, 2015.
- GODINHO, Carla Christina Pereira da Silva *et al.* A violência no ambiente universitário. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**. Fortaleza, n. 4, p. 1-8, 2018.
- GOMES, Nardilene Pereira *et al.* Cuidado às mulheres em situação de violência conjugal: importância do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família. **Psicologia USP**. São Paulo, n. 1, p. 63-69, 2014.
- LEÃO, Andreza Marques de Castro Prefácio: As vozes pela inclusão na defesa dos direitos humanos. In: SILVA, R. D.; HUMMEL, E. I.; OLIVEIRA JUNIOR, I. B. (Org.). **Educação, sexualidade e diversidades: políticas públicas educacionais: avanços ou retrocesso?** Londrina: Syntagma, 2017. p. 18-22.
- LEÃO, Andreza. Marques. Castro; RIBEIRO, Paulo. Rennes. Marçal. As Políticas Educacionais do Brasil: a (in)viabilidade da sexualidade e das relações de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.34, n. 121, p.77-104, 2004.
- LOURO, Guacira Lopez. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MAITO, Denise Camargo. *et al.* Construção de diretrizes para orientar ações institucionais em casos de violência de gênero na universidade. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**. Botucatu, v.1, p. 1-25, 2019.
- MENDONÇA, Amanda. *et al.* Educação em gênero e sexualidade: um direito constitucional. **Revista Diversidade e Educação**, v. 9, n. 2, p. 642--667, 2021.
- MICHETTI, Miqueli; METTENHEIM, Sofia Leonor Von. Gênero e Violência Simbólica em Eventos Esportivos Universitários Paulistas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 56, p. 1-19, 2019.
- MOLINA, Karina da Silva; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Mulheres Indígenas Universitárias: problematizando ações afirmativas. **Revista Diversidade e Educação**, v. 9, n. Especial, p.287-313, 2021.
- MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza *et al.* **Educação sexual, sexualidade, gênero e diversidade sexual: estereótipos e preconceitos**. In: MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza (org). Educação sexual, sexualidade, gênero e diversidade sexual: trilhando caminhos para educação emancipadora. Ponta Grossa, Atena, 2020, p. 2 -14. Disponível em: <https://doi.org/10.22533/at.ed.270200112>. Acesso em 26 de julho de 2021.
- MONTRONE, Aida Victoria Garcia. *et al.* Violência de gênero numa universidade pública brasileira: saindo da visibilidade. **Revista Gênero**. Niterói, v 1. n. 1, p. 6-13, 2 sem, 2020.
- NEGREIROS, Dayara Araújo; ANDRADE Aldair Oliveira. Olhar do Discente de Graduação Sobre a Violência Doméstica. **REVES Revista Relações Sociais**. Amazonas, n. 1 p. 133-144, 2019.

PARAÍSO, Marclucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. Currículos, gêneros e sexualidades para fazer a diferença. In: PARAÍSO, Marclucy Alves; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva (Orgs.). **Pesquisas Sobre Currículos, Gêneros e Sexualidades**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.

PRAUN, Andrea Gonçalves. Sexualidade, Gênero e suas Relações de Poder. **Revista Húmus**. Barcelona, n. 11 p. 55-65, 2011.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação Sexual Além da Informação**. 1ª edição. São Paulo, EPU. 1990.

SAMPIERI, Roberto. Hernandez. *et al.* **Metodologia de Pesquisa**. 3ª edição. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

SILVA, Patrick Leonardo Nogueira *et al.* Práticas educativas sobre violência contra a mulher na formação de universitários. **Revista bioética**. Distrito Federal, n. 2, p. 276-85, 2016.

SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo *et al.* Violência contra mulher no namoro: percepções de jovens universitários. **Revista Psicologia e Saúde**. Campo Grande, n. 3, p. 31-43, 2018.

YOUNG, Fernanda. **Pós-F: para além do masculino e do feminino**. Rio de Janeiro. Leya, 2018.

WHITAKER, Dulce. **Mulher & Homem: o mito da desigualdade**. São Paulo. Editora Moderna, 1997.

Recebido em outubro de 2022.

Aprovado em novembro de 2022.